

A informação científica na promoção do uso seguro das plantas medicinais e dos fitoterápicos

Ana Cláudia de Brito Passos

Departamento de Farmácia da Universidade Federal do Ceará

Membro do Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Medicamentos - GPUIM

Farmacêutica do Centro de Informação sobre Medicamentos da Universidade Federal do Ceará (CIM/UFC)

<https://orcid.org/0000-0001-7837-5978>

E-mail: claudiab@ufc.br

A palavra informação (do latim: *informare*) significa dar forma a um conjunto de dados para torná-los significativos e úteis. Pode-se afirmar que

a informação constitui-se um suporte básico para toda atividade humana e que o nosso cotidiano é um processo permanente de problemas, onde buscar alternativas para solucioná-los, atingir metas e cumprir objetivos requerem conhecimento e, portanto, informação [...] o significado que o homem atribui a um determinado dado, por meio de convenções e representações (Carvalho; Eduardo, 1998, p. 1).

No que se refere a informação científica, esta é considerada como um insumo fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país (Firme, Miranda, Silva, 2017). Esse tipo de informação, resultado das pesquisas científicas, é divulgado à sociedade por meio de revistas científicas, as quais nem sempre estão disponíveis apesar do grande volume de informações on-line (Kuramoto, 2006). Vale ainda destacar que além do acesso outro fator muito importante é a qualidade das informações disponibilizadas que devem ser confiáveis e atualizadas, bem como a linguagem utilizada nestas publicações que requer do leitor alguns conhecimentos prévios para uma leitura crítica, reflexiva e que possa ser usada na tomada de decisão.

De acordo com Castro (2006, p. 58), “o fluxo da comunicação científica inclui a publicação formal de resultados de pesquisa, a recuperação de informação, o acesso à literatura publicada e a comunicação informal e de intercâmbio entre pesquisadores”. Percebe-se que neste fluxo, o leitor precisa ter algumas habilidades, conhecimentos e tempo para acessar o conhecimento disponível e utilizá-lo de forma adequada. Desta forma, há uma lacuna entre o que é produzido em termos de conhecimento científico e sua aplicação na resolução dos problemas nos diversos cenários.

Vale destacar que com o advento da internet, ocorreu um processo de dinamização do fluxo da comunicação científica, impactando no modo de fazer ciência, integrando a comunidade científica a outros setores da sociedade, atuando em redes colaborativas. Desta forma, a produção do conhecimento científico não se restringe somente à comunidade científica, mas também a comunidade em geral, que tem acesso às informações e pode verificar a confiabilidade dos resultados e as implicações sociais dos avanços de pesquisas (Abrantes; Martins, 2007). Mas a lacuna continua, porque não se trata apenas de ter acesso, mas de compreender o que está sendo produzido e incorporar isso no dia a dia, qualificando os processos de trabalho e a tomada de decisão de forma mais assertiva.

Neste contexto, para a promoção do uso seguro e correto das plantas medicinais e de fitoterápicos, a informação científica é fundamental, pois dá maior robustez aos relatos do uso popular desses produtos. Os avanços que tem acontecido ao longo das últimas décadas nas ciências da saúde e o crescente desenvolvimento do conhecimento, gerou um crescimento exponencial de informações, nos levando a refletir sobre o que é realmente importante e que tem qualidade para embasar não apenas a tomada de decisão, mas também para o exercício da plena cidadania através do acesso democrático das informações. No entanto, o acesso às informações certas, no tempo certo e no formato certo, em linguagem que atenda às necessidades de quem dela precisa, nem sempre é tão simples (Pedroso; Andrade; Pires, 2021).

Dentro deste panorama, se faz necessário um maior empenho, no sentido de fornecer informações de qualidade sobre as plantas medicinais e fitoterápicos, pois a segurança e a eficácia na utilização das mesmas dependem da identificação correta da planta, do conhecimento de qual parte deve ser usada, do modo de preparo, das formas de uso e da dose apropriada, que agregam saberes do uso popular consolidado, com base nas melhores evidências científicas.

Ter acesso a informações de qualidade, numa linguagem acessível e com base nas melhores evidências é um desafio diante da “avalanche de informações atualmente disponíveis” (Veloso *et al.*, 2023). Uma questão importante neste cenário, é se esta informação é independente, imparcial e se atende à necessidade de quem dela precisa, numa linguagem que seja adequada.

Sabe-se que sem informação adequada, os medicamentos, principal recurso terapêutico utilizado em todo o mundo, pode levar a sérios problemas em termos de morbidade ou mortalidade, tornando-se um relevante problema de saúde pública (Souza *et al.*, 2014). Assim, fornecer informações apropriadas para a promoção do uso correto dos medicamentos é um componente central para alcançar melhores resultados em saúde (Silva *et al.*, 1997) e, portanto, na oferta de serviços de saúde de qualidade. Essa premissa também se aplica ao uso das plantas medicinais, cujo uso milenar perpassa gerações e que também pode levar a riscos, quando não utilizada de forma adequada. Inclusive, com a inserção das Práticas Integrativas e Complementares no contexto dos cuidados em saúde, o uso das plantas medicinais ganhou mais relevo, com o resgate de saberes populares, promovendo um cuidado mais holístico, valorizando o autocuidado e a efetiva participação do paciente em todo o processo (Patrício *et al.*, 2022).

Uma outra questão importante é que para a oferta de serviços de saúde de qualidade é fundamental o preenchimento da lacuna existente entre as melhores práticas (com base nas pesquisas científicas) e os cuidados prestados no cotidiano dos serviços.

Desta forma, para fornecer o melhor tratamento aos pacientes, as decisões devem ser baseadas nas melhores evidências científicas disponíveis, que por sua vez devem ser aquelas provenientes de estudos com boa qualidade e rigor metodológico, que forneçam informações relevantes sobre a prática clínica.

No entanto, sabe-se que há um “gap” entre a realidade da oferta dos serviços de saúde e o que se produz na comunidade científica. Além de que, também são necessárias competências e habilidades para o adequado acesso e a avaliação crítica das publicações científicas. O uso de protocolos e as diretrizes clínicas baseadas nas melhores evidências representam importantes referências para os profissionais de saúde na tomada de decisão (Lehane *et al.*, 2018). No entanto, estudos relatam que os profissionais de saúde não utilizam estas ferramentas no seu dia a dia (IOM, 2009).

Falar dos motivos que levam os profissionais a não incorporar no seu dia a dia as melhores evidências científicas, nos leva a pensar na Prática Baseada em Evidência (PBE), definida como “abordagem que associa a melhor evidência científica disponível, com a experiência clínica e a escolha do paciente para auxiliar na tomada de decisão”. Este termo nasce nos anos de 1990 e de acordo com Schneider, Pereira e Ferraz (2020, p. 2), são vários os motivos que levam os profissionais e até gestores a não utilizar a PBE: não possuem conhecimentos e habilidades para sua aplicação, não acreditam que a PBE possibilite melhores resultados quando comparados ao cuidado tradicional, grande quantidade de informações nos periódicos, tempo e recursos escassos para buscar e avaliar as evidências disponíveis, ausência de apoio administrativo, pouco incentivo das instituições e resistência para mudanças.

A Academia Nacional de Medicina dos Estados Unidos, conhecida como *Institute of Medicine* estabeleceu como meta que, até 2020, 90% das decisões clínicas fossem apoiadas por informações clínicas precisas, oportunas e atualizadas e refletissem as melhores evidências disponíveis para alcançar os melhores resultados para os pacientes (IOM, 2009). No entanto, as lacunas continuam e neste cenário se inserem os Centros e Serviços de Informação sobre Medicamentos (CIM/SIM) como importantes estratégias para a rede de serviços de saúde, diante dos problemas relacionados ao uso de medicamentos (Possamai; Dacoreggio, 2007; Grossman *et al.*, 2020).

O termo “informação sobre medicamentos” foi desenvolvido no início dos anos de 1960, mesma década em que foi criado o primeiro CIM, no Centro Médico da Universidade de Kentucky, nos Estados Unidos (Vidotti *et al.*, 2000). Segundo Gabay (2017) a criação do CIM da Universidade de Kentucky foi um marco na mudança do papel do farmacêutico, de mero “distribuidor de medicamentos” para um especialista em terapia medicamentosa e membro integrante da equipe de cuidado ao paciente. A Informação sobre medicamentos (IM) é definida como a “provisão de informação imparcial, bem referenciada e criticamente avaliada sobre qualquer aspecto da prática farmacêutica” (Vidotti *et al.*, 2000, p. 20). O acesso a este tipo de informação, assim como a produção da mesma, requer conhecimentos e habilidades dos profissionais que atuam nesse campo.

Papel dos Centros e Serviços de Informação sobre Medicamentos (CIM/SIM) como veiculadores de informações científica de qualidade

Os CIM/SIM são definidos como “unidades operacionais que fornecem informações técnico-científicas sobre medicamentos de forma objetiva, oportuna, atualizada e imparcial, como parte de uma estratégia para atender a necessidades específicas de informação, representando um grande aliado na promoção do uso racional de medicamentos” (Pereira-Silva *et al.*, 2023, p. 2).

Vale destacar que os CIM/SIM “não constituem apenas uma fonte de consulta, ou um local em que são encontrados documentos ou referências bibliográficas, mas, caracterizam-se como um serviço que fornece soluções para problemas específicos sobre medicamentos ou para situações clínicas reais de um paciente” (Brasil, 2020, p. 15). Tratam-se de serviços que podem funcionar dentro de instituições, e podem atender demandas locais, regionais ou nacionais.

As diversas atividades realizadas pelos CIM/SIM, no contexto brasileiro, ocorrem em diferentes cenários, como em nível de secretarias municipais e estaduais de saúde, em universidades, em grandes redes de farmácias, em âmbito hospitalar, demonstrando perfis e escopos de atuação distintos. No entanto, em todos estes cenários, há a disponibilização de informações essenciais aos profissionais de saúde e a população em geral, subsidiando a tomada de decisões.

Os CIM/SIM podem desenvolver diversas atividades, dentre estas podemos citar: 1) elaboração de informes técnicos para assessorar comissões, como a de farmácia e terapêutica; 2) colaborar na seleção e estabelecimentos de critérios de utilização de medicamentos; 3) elaboração de manuais/guidas de práticas seguras como o de administração de medicamentos; 4) elaboração de boletins informativos; 5) colaborar na avaliação de possíveis interações medicamentosas e reações adversas; 6) contribuir com serviços de farmácia clínica. Esses serviços podem também realizar atividades educativas como palestras, oficinas e capacitações (Brasil, 2020).

As atividades desenvolvidas pelos CIM/SIM podem ser classificadas em **passiva** (reativa) e **ativa** (proativa). A primeira diz respeito ao atendimento das dúvidas relacionadas aos medicamentos e plantas medicinais com finalidade terapêutica, oriundas de profissionais de saúde e da população em geral. Neste grupo de atividade, ocorrem diversas etapas: análise das perguntas, pesquisa em fontes de informação científica, como artigos publicados em periódicos, busca em bases de dados ou fontes terciárias, como livros e avaliação das informações obtidas para elaboração das respostas. Já as atividades ativas são aquelas relacionadas a produção de informações sem que a necessidade da informação parta dos usuários. A informação pode ser divulgada por meio de boletins ou folhetos informativos, cartilhas, manuais, elaboração de alertas, entre outros (Vidotti *et al.*, 2000; Brasil, 2020). Uma questão importante a ser destacada é que os temas desses materiais informativos podem ser respostas às necessidades de informação que surgem no dia a dia dos CIM/SIM, para prover informação de qualidade na área de medicamentos. Segundo Silva e colaboradores, os CIM funcionam como “observatórios não somente das práticas, mas sobretudo das culturas dominantes nessa área, podendo assim fornecer subsídios às políticas gerais de medicamentos, bem como a estratégias para a abordagem de problemas localizados” (Silva *et al.*, 1997, p. 534).

Os CIM/SIM também podem realizar Estudos de Utilização de Medicamentos (EUM) e colaborar na revisão das listas de medicamentos essenciais dos municípios e estados fornecendo informação para apoio na inclusão ou na exclusão de medicamentos. Vale ainda ressaltar que como grande uso das redes sociais pela população, os CIM/SIM também têm utilizado esta ferramenta para divulgação de informação sobre medicamentos, sendo importante atentar para a linguagem utilizada, adequando-se ao público que as utiliza (Cruciol; Alvarenga; Amaral, 2023). Na Figura 1 descreve-se o fluxo de trabalho de um CIM/SIM.

Figura 1 - Dinâmica de um CIM/SIM

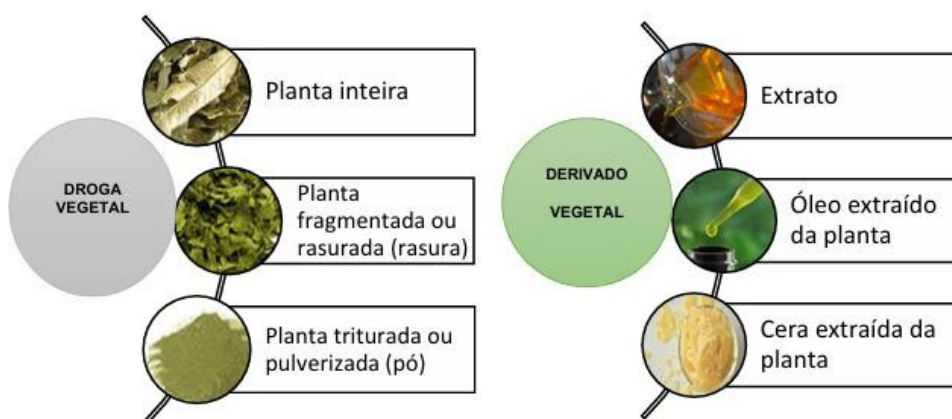


Fonte: CIM/UFC (2024)*

Informações sobre o uso correto das plantas medicinais e de fitoterápicos: uma necessidade

Define-se como planta medicinal aquela planta que possui substâncias que, quando administradas ao ser humano, pode prevenir, curar ou tratar doenças e que têm tradição de uso pela população ou comunidade. Para seu correto uso, são necessárias informações que incluem desde a forma adequada de plantio, parte utilizada e forma adequada de preparação. Já os fitoterápicos são medicamentos obtidos a partir de uma planta medicinal, sendo comercializados ou distribuídos em formas farmacêuticas as quais podem conter a planta seca (DROGA VEGETAL) ou por produtos obtidos dela (derivados vegetais) (Anvisa, 2022). Veja a Figura 2.

Figura 2 - Diferentes formas da droga vegetal e do derivado vegetal que compõem o fitoterápico.



Fonte: Anvisa (2022).

• De acordo com o Conselho Federal de Farmácia (CFF), no Brasil, existem atualmente 26 (Vinte e seis) CIM/SIMs, os quais estão inseridos em diferentes contextos, representando importante recurso no acesso a informações de qualidade para profissionais de saúde e população em geral. Ver: **Conheça outros CIM**. Disponível em: <https://site.cff.org.br/cebrim>. Acesso em: 14 Jan. 2025

Na Relação Nacional de Medicamentos (RENAME) (Brasil, 2022), foram inseridos diversos fitoterápicos os quais são listados no Quadro 1, a seguir, e que foram selecionados tendo em vista as evidências científicas que comprovam suas indicações. O conhecimento quanto ao uso correto destes fitoterápicos é fundamental e deve ser fortalecido no âmbito dos serviços de saúde e para a população em geral.

A PNPMF tem como uma de suas diretrizes, estabelecer estratégias de comunicação para divulgação sobre as plantas medicinais e fitoterápicos, assim podemos destacar a importância do estímulo aos profissionais de saúde e a população quanto ao uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos onde a informação com base nas melhores evidências (Brasil, 2016).

Quadro 1 – Lista de Fitoterápicos inseridos na RENAME, 2022.

Fitoterápico (nome popular)	Nome científico
Alcachofra	<i>Cynara scolymus</i> L.
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolia</i> raddi
Babosa	<i>Aloe vera</i> (L.) Burm.f
Cáscara-sagrada	<i>Rhamnus purshiana</i> D.C.
Espinheira-santa	<i>Maytenus officinalis</i> Mabb
Garra-do-diabo	<i>Harpagophytum procumbens</i>
Guaco	<i>Mikania glomerata</i> Spreng
Hortelã	<i>Mentha x piperita</i> L.
Isoflavona de soja	<i>Glycine max</i> (L.) Merr
Plantago	<i>Plantago ovata</i> Forssk.
Salgueiro	<i>Salix alba</i> L.
Unha-de-gato	<i>Uncaria tomentosa</i> (Willd. ex Roem. & Schult.

Fonte: Brasil (2022)

Diante do exposto, percebe-se que a informação científica de qualidade é de fato crucial na promoção do uso correto das plantas medicinais e fitoterápicos. Deve-se sensibilizar profissionais, gestores e toda a comunidade a utilizarem as melhores fontes disponíveis, sobretudo quanto ao uso dos CIM/SIMs que continuam a fornecer importante apoio neste contexto.

Referências

ABRANTES, A. A.; MARTINS, L. M. A produção do conhecimento científico: relação sujeito-objeto e desenvolvimento do pensamento. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 11, n. 22, p. 313–325, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/jNXHHJnmpN4pvfwMbTYjgFz/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025

ANVISA. **Orientações sobre o uso de Fitoterápicos e plantas medicinais**. 2022. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publicacoes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de-fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pdf>. Acesso em: 14 Jan. 2025.

ARNOUS, A. H.; SANTOS, A. S.; BEINNER, R. P. C. Plantas medicinais de uso caseiro - conhecimento popular e interesse por cultivo comunitário. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v.6, n.2, p.1-6, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285360802_Plantas_medicinais_de_u_so_caseiro_-_conhecimento_popular_e_interesse_por_cultivo_comunitario. Acesso em: 14 Jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_programa_nacional_plantas_medicinais_fitoterapicos.pdf. Acesso em: 14 Jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Centros e Serviços de Informação sobre Medicamentos: princípios, organização, prática e trabalho em redes para promoção do Uso Racional de Medicamentos**. Brasília : Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/centros_servicos_informacao_medicamentos.pdf. Acesso em: 14 Jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME)**. Brasília : Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2022/01/RENAME-2022.pdf>. Acesso em: 14 Jan. 2025.

CARVALHO, A. O.; EDUARDO, M. B. P. **Sistemas de Informação em Saúde para municípios**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. v.6. (Saúde e Cidadania). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_cidadania_volume06.pdf. Acesso em: 14 Jan. 2025.

CASTRO, R. C. F. Impacto da Internet no fluxo da comunicação científica em saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. Esp, p. 57-63, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000400009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/rjw3hDsS6zgQ97R8TL6fZvD/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025.

CHEROBIN, F. et al. Plantas medicinais e políticas públicas de saúde: novos olhares sobre antigas práticas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.32, n. 3, p. 1 - 17, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320306>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/mtGJXwpsZtq8GwFhdgpryRC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2025.

CRUCIOL, J. M.; ALVARENGA, T. M.; AMARAL, N. V. INFOMED - Direto da bula: aplicação do uso de mídias sociais digitais como forma de divulgação sobre uso racional de medicamentos. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 1-8, 14 fev. 2023. DOI: <https://doi.org/10.32811/25954482-2023v6n1.759>. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/759>. Acesso em: 06 mar. 2025.

FIRME, S.M.; MIRANDA, A. C. D.; SILVA, J.A. Produção do conhecimento científico: um estudo das redes colaborativas. **Biblos**, v. 31, n. 2, p. 45-61, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/biblos.v31i2.8019>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/8019>. Acesso em: 15 Jan. 2025.

GABAY, M. P. The evolution of drug information centers and specialists. **Hospital Pharmacy**, v. 52, n. 7, p. 452-453, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0018578717724235>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018578717724235>. Acesso em: 28 fev. 2025.

GROSSMAN, S. *et al.* Survey of drug information centers in the United States—2018. **American Journal of Health-System Pharmacy**, v. 77, n. 1, p. 33-38, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1093/ajhp/zxz267>. Disponível em: <https://academic.oup.com/ajhp/article/77/1/33/5632146?login=true>. Acesso em: 28 fev. 2025.

IOM (Institute of Medicine). **Leadership Commitments to Improve Value in Health Care: Finding Common Ground: Workshop Summary**. Washington, DC: The National Academies Press, 2009. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK52851/pdf/Bookshelf_NBK52851.pdf. Acesso em: 15 Jan. 2025.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000200010>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1144>. Acesso em: 28 fev. 2025.

LEHANE, E. *et al.* Evidence-based practice education for healthcare professions: an expert view. **BMJ Evidence-Based Medicine**, [S.l.] v. 24, n. 3, p. 103-108, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmjebm-2018-111019>. Disponível em: <https://ebm.bmj.com/content/24/3/103>. Acesso em: 28 fev. 2025.

PATRÍCIO, K. P. *et al.* O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, RJ, v. 27, n. 2, p. 677-686, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-8123202272.46312020>. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/o-uso-de-plantas-medicinais-na-atencao-primaria-a-saude-revisao-integrativa/17949>. Acesso em: 28 fev. 2025.

PEDROSO, R. S.; ANDRADE, G.; PIRES, R. H. Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 1-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310218>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/kwsS5zBL84b5w9LrMrCjy5d/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025.

PEREIRA-SILVA, J. I. *et al.* A contribuição de um Centro de Informações sobre Medicamentos para melhorar a segurança na cadeia medicamentosa. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 978-978, 2023. DOI: <https://doi.org/10.30968/rbfhss.2023.143.0978>. Disponível em: <https://jhphs.org/sbrafh/article/view/978>. Acesso em: 28 fev. 2025.

POSSAMAI, F. P.; DACOREGGIO, M. S. A habilidade de comunicação com o paciente no processo de atenção farmacêutica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Manguinhos, RJ, v. 5, n. 3, p. 473-490, nov. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462007000300008>. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1749>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SANTOS, M. R. A.; LIMA, M. R.; FERREIRA, M. G. R. Uso de plantas medicinais pela população de Ariquemes, em Rondônia. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 244-250, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-05362008000200023>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/f9zpxGbrFrQZCKHrdSMK6Zt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2025.

SCHNEIDER, L. R.; PEREIRA, R. P. G.; FERRAZ, L. Prática Baseada em Evidências e a análise sociocultural na Atenção Primária. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 2-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300232>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/kq66hywGnfmM4JtrftJM4ys/?lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SOUZA, T. T. *et al.* Morbidade e mortalidade relacionadas a medicamentos no Brasil: revisão sistemática de estudos observacionais. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, Araraquara, SP, v. 35, n. 4, 2014. Disponível em: <https://rcfba.fcfar.unesp.br/index.php/ojs/article/view/82>. Acesso em: 14 Jan. 2025.

SILVA, C. D. C. et al. Centro de informação sobre medicamentos: contribuição para o uso racional de fármacos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 531-535, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1997000300029>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/SpcYVJL6h8tDRCVrGDspxfG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mar. 2025.

VELOSO, A. R. et al. Cultivo e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, [S. l.], v. 27, n. 1, 2023. DOI: 10.25110/arqsaude.v27i1.2023.9068. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/9068>. Acesso em: 14 jan. 2025.

VIDOTTI, C.C. F et al. Sistema Brasileiro de Informação sobre Medicamentos - SISMED. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1121-1126, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000400030>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/m3zV6T44srYDhpxxgSCDgTg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025.